



ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO CMAS, REALIZADO EM 18 de março de 2015

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e quinze, às quatorze horas e cinco minutos, na Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos –SDSDH – localizada na sede da Prefeitura do Recife – sexto andar, teve início a reunião ordinária do CMAS, sob a coordenação da Presidente Ana Maria de Farias Lira, com a seguinte pauta: **1.** Leitura e aprovação da ata da reunião plenária do dia dezessete de dezembro de dois mil e quatorze; **2.** Apresentação do CNEAS- Programa Aprimora Rede; **3.** Apresentação da proposta de divulgação do Cad'Único; **4.** Apresentação do Demonstrativo Sintético-Financeiro Fundo a Fundo (FAF-PE) relativo ao 3º Quadrimestre de 2014 para aprovação e referendo da resolução nº 001/2015; **5.** X Conferência Municipal de Assistência Social do Recife; **6.** Eleições do CMAS para Conselheiros da Sociedade Civil; **7.** Planejamento do CMAS; **8.** Relato das Comissões; **9.** Informes Gerais. Estiveram presentes os/as seguintes Conselheiros/as: Morgana Montenegro Maranhão -Secretaria de Saúde; Amanda Arcanjo- Secretaria da Mulher ; Gabriella Ferreira – Secretaria de Segurança Urbana; Ubirajara Alves - Associação dos Moradores do Porto da Madeira; Jaciara Santos Arruda – Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente - Casa de Passagem Ana Vasconcelos; Rosângela Maia de Andrade – IPETI; Maria Luiza de Oliveira Diniz- Grupo de Idosos da UR-2 - Centro de Convivência Amiga Lurdinha; Paulo Domingos Ferreira- ASSOBECECER; Maria José Mendes- FCD; Gezslar Carlos West – Lar Paulo de Tarso; Antônio Saraiva – CRER; Elzanira da Silva - CEPAS; Maria de Fátima Menezes da Silva - SOAPI, Socorro Sarmento, Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano; conforme frequência anexa. A Presidente Ana Farias iniciou a reunião saudando a todos, destacando a presença de todas(os) as(os) conselheiras(os) nesta que é a primeira reunião plenária do ano. Ainda faz a justificativa da razão de ter sido suspenso o pleno que aconteceria no mês de março, que não ocorreu em virtude de a Presidente Ana Farias ter adoecido e não ter sido possível articular a realização da reunião, como também, havia o impedimento de várias(os) conselheiras(os) de comparecerem ao pleno. **1. Leitura e aprovação da ata da reunião plenária do dia dezessete de dezembro de dois mil e quatorze** - Ato contínuo a Presidente Ana Farias facultou a palavra para considerações e possíveis ressalvas das(os) presentes em relação à Ata anterior para aprovação da mesma. Nesse sentido a Conselheira Fátima Menezes manifestou sua necessidade de se abster visto que estava ausente na última plenária. A Presidente Ana Farias sumariou a citada reunião, na qual, além da prestação de contas do ano findo foi comemorado ao final da reunião o aniversário da Presidente Ana Farias. Em seguida a Presidente Ana Farias reiterou a oportunidade para quem esteve presente e leu a Ata anterior, referente à reunião do mês de dezembro. Nada havendo nada a ser considerado a Presidente Ana Farias declarou aprovada a referida Ata. Dando seguimento foi apresentado próximo ponto de pauta que é: **2. Apresentação do CNEAS (Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social) - Programa Aprimora Rede** – esse Programa será apresentado pela Sr^a Rosângela Fontes, Gestora da Unidade de Vigilância Socioassistencial - GGSUAS – a Presidente Ana Farias esclareceu que se trata de uma pesquisa enviada pelo CNAS, e explicou ainda, qual tem sido a dinâmica dentro da Secretaria - **SDSDH** e do próprio CMAS para atender a demanda para consecução desse cadastro. Rosângela iniciou sua apresentação referindo a existência de cento e setenta e sete instituições inscritas, e todas terão sido visitadas ao final da pesquisa. Trata-se, no momento, de um balanço do andamento desse trabalho. Seguindo sua



48 apresentação Rosângela destacou que muitos já conhecem esse cadastro o qual
49 também foi realizado no exercício dois mil e doze/dois mil e treze e foram os dados
50 coletados na referida pesquisa que subsidiaram a atual. Para esta apresentação foram
51 distribuídas cópias da Normativa para conhecimento de todas(os). Ainda segundo a
52 apresentadora, foi estipulado inicialmente o período de junho de dois mil e catorze até
53 dezembro de dois mil e catorze para execução desse cadastro, no entanto, nem todos
54 os municípios conseguiram cumprir esse prazo, sendo assim, foi mudado o prazo de
55 janeiro até junho de dois mil e quinze, assim, o Recife também passou a adotar esse
56 período, embora estivesse preparado para cumprir o prazo anterior. São destacadas as
57 Leis e competências a serem consideradas e seguidas na execução do cadastro, de
58 modo que permita uma compreensão maior do que está sendo apresentado.
59 Continuando, Rosângela explicou que o cadastro é um instrumento eletrônico de
60 gestão, de monitoramento das ofertas prestadas pelas entidades. É um cadastro
61 extenso, detalhando todos os dados relativos à entidade, assim como de todos que
62 trabalham na entidade, as ofertas de serviço, de modo que é um trabalho bastante
63 complexo de ser lançado no sistema. Esse cadastro é compartilhado entre os entes
64 federados e está previsto na LOAS. Após o cadastro têm sido trazidas para o CMAS
65 demandas referentes a necessidade de adequação ou mesmo irregularidades para que
66 se procedam visitas e posteriores ajustes. A gerente do GGSUAS Margarida Soares
67 pediu um aparte para explicar que, como não houve uma capacitação para este
68 cadastro providenciada pelo MDS, foram sendo feitas consultas à medida que as
69 dúvidas iam surgindo. Dentre outros ganhos esperados com a efetivação deste
70 cadastro, espera-se qualificar as inscrições, certificação e monitoramento das entidades
71 inscritas no CMAS. Outro ganho importante é a possibilidade de serem acompanhadas
72 e atualizadas as informações e atividades das entidades cadastradas, inclusive
73 detalhando, de acordo com a Tipificação, se é proteção básica, média ou alta
74 complexidade. Segundo a Sr^a Rosângela, este cadastro poderá subsidiar as ações dos
75 conselheiros, por conseguinte, o controle social. Para este trabalho está previsto o
76 município receber uma verba, no valor de R\$ 2.000,00(dois mil reais), por entidade, a
77 qual deve ser empregada para a contratação de técnicos e todos os demais custos para
78 realização da pesquisa. Esta verba só será repassada quando for concluído o cadastro.
79 A secretaria contratou sete técnicos, a maioria Assistentes Sociais, os quais realizaram
80 uma primeira abordagem, num prazo de três meses, distribuídas por RPA. Finalizada
81 esta primeira etapa, ficou apenas uma pessoa, que é Marcos Mucarbel, o qual vem
82 fazendo uma revisão de todos os cadastros, visitando aquelas entidades cujos dados
83 ficaram incompletos ou nos quais se identificou alguma inconsistência. Ao final,
84 somente as entidades que tiverem o cadastro eletronicamente válido e com efeito de
85 cadastro eletronicamente concluído serão mantidas habilitadas para efeito de
86 cofinanciamento do município. Na sequência a Sr^a Rosângela apresentou, para
87 visualização de todos(as) o cadastro, explicando que com este instrumento a própria
88 gestão e técnicos podem acessar e alimentar as informações através de uma senha.
89 Nesse sentido é destacado que o cadastro ora apresentado é dividido em seções,
90 devendo a primeira a ser preenchida pelo gestor, a segunda diz respeito às entidades.
91 A Conselheira Fátima pediu uma intervenção para perguntar se as perguntas poderiam
92 ser feitas durante a apresentação ou se anotava. Ficou estabelecido que seriam
93 anotadas as questões para serem apresentadas ao final da explanação. Continuando a
94 expositora informou que a terceira parte do cadastro se refere a parcerias e, por fim,



95 existe também uma seção referente a entidades conveniadas. Dando seguimento foi
96 destacado que existe todo um protocolo a ser seguido para preenchimento do cadastro.
97 Esse preenchimento é feito mediante visitas às entidades, agendadas previamente. A
98 Sr^a Rosângela atestou ainda que houve grande dificuldade na elaboração do cadastro,
99 inclusive em função da negativa de responsáveis por entidades em fornecer
100 informações exigidas no cadastro. Em razão deste cadastro foram identificadas diversas
101 entidades com perfil de saúde ou de educação, as quais, não mais manterão seus
102 registros no CMAS. Ao final de todo este trabalho será apresentado um relatório
103 completo ao Conselho. A Presidente Ana Farias agradeceu e elogiou a apresentação
104 feita pela Sr^a Rosângela, e em seguida facultou a apalavra para possíveis
105 questionamentos. A Conselheira Fátima iniciou sua fala referindo o trabalho muito bem
106 feito, pelo fato de ser tão minucioso, destacando o procedimento do técnico, psicólogo
107 Marcos Mucarbel. O questionamento da Conselheira Fátima Menezes re refere à
108 possibilidade de ser orientada a entidade para possíveis adequações antes de ser
109 enviado o resultado ao CMAS, porque, segundo a mesma conselheira, nunca viu a
110 Secretaria chamar entidades para orientar. Nesse sentido a Presidente Ana Farias
111 esclarece que este é o procedimento. A Conselheira Fátima Menezes ainda traz a
112 indagação sobre a quem cabe homologar a inscrição das entidades, se a Secretaria ou
113 o CMAS. Por fim, a mesma conselheira menciona a informação trazida nesta
114 apresentação, segundo a qual, se prevê incentivo à qualificação profissional. A referida
115 conselheira questiona se há previsão para isto. Respondendo os questionamentos da
116 conselheira Fátima Menezes, a Sr^a Rosângela explicou que o envolvimento do CMAS
117 se dá para esclarecimentos que se fizeram necessários ao longo da pesquisa para
118 facilitar o acesso e a confirmação das informações, tudo dentro do previsto em lei.
119 Outras questões foram levantadas e dirimidas pela apresentadora. A Presidente Ana
120 Farias complementou que a Comissão de Normas foi notificada pela equipe
121 responsável pelo cadastro que algumas entidades apresentavam dificuldades em
122 cumprir as exigências para manutenção como inscritas no CMAS. Nesse sentido os
123 dirigentes foram chamados, e um prazo foi dado para adequação. A Presidente Ana
124 Farias destaca, em nível de esclarecimento ainda que o que se está buscando é
125 aprimorar o serviço, ressaltando de que é preciso sair desse lugar de perseguição a
126 entidades pequenas privadas. Este é precisamente o nome do programa, Aprimora
127 SUAS, que tem por objetivo ensejar que as entidades que fazem parte da rede, tanto
128 privadas como públicas, sejam promotoras de ações socioassistenciais, ou seja, se
129 busca dar um salto qualitativo nas ações. Com estes comentários a Presidente Ana
130 Farias encerrou a apresentação, agradecendo a participação da colega Rosângela. Ato
131 contínuo, a mesma passou o 4º ponto de pauta que é Apresentação da proposta de
132 divulgação do Cad'Único; Apresentação do Demonstrativo Sintético-Financeiro Fundo a
133 Fundo (FAF-PE) relativo ao 3º Quadrimestre de 2014 para aprovação e referendo da
134 resolução nº 001/2015; a Presidente Ana Farias explica que se pretende massificar o
135 conhecimento, para além da existência do bolsa-família, e do Cadastro Único, dos quais
136 se tem conhecimento superficial. Dada a palavra, Cristina Lima, Gerente da Proteção
137 Social Básica a qual também iniciou sua fala ressaltando a importância dessa
138 apresentação, destacando que o Recife tem cerca de duzentos e trinta mil famílias
139 cadastradas, das quais, mais de cento e vinte mil recebem benefício. A mesma fez
140 menção à revista Coquetel da Ediouro, que vem servindo de veículo de divulgação de
141 Programas Sociais. Considerando essa divulgação importante e criativa foi pensado,



142 em nível local, como trazer as informações necessárias de forma criativa, chegando-se
143 no primeiro momento a uma cartilha que ainda está sendo formatada, mas foi trazida a
144 parte que já está pronta e foi apresentada no Datashow para visualização de todos(as).
145 Seguindo o detalhamento de todo o conteúdo proposto que seguirá a proposta do
146 repasse das informações através de jogos, tal como a revista coquetel, com tiragem
147 prevista de quinze mil exemplares. O orçamento deste empreendimento está em
148 quarenta e dois mil, cento e cinquenta reais, a ser retirado do FPS. Cada revista terá
149 vinte páginas, frente e verso. Facultada a palavra para possíveis esclarecimentos ou
150 contribuições, a conselheira Fátima Menezes sugeriu que fosse incluída na revista a
151 abrangência de cada CRAS, justificando que, para realização do cadastro, quando se
152 gera o NIS, o usuário precisa saber corretamente a qual unidade se dirigir. a
153 conselheira Fátima Menezes ainda fez menção elogiosa à equipe do CRAS Dois
154 Irmãos, destacando a atuação das servidoras Gisele e Cláudia pela presteza no
155 atendimento a idosos do Centro de Atendimento Lar do Bem Te Vi, para preenchimento
156 das informações, em virtude das mudanças de exigências para cadastramento.
157 Retomando a palavra a Sr^a Cristina Lima ratificou a importância do conhecimento e
158 repasse adequado das informações concernentes a estes direitos. A finalidade desta
159 apresentação é dar conhecimento e receber contribuições afetas ao controle social. A
160 Presidente Ana Farias fez uma intervenção, destacando, de um lado, o alcance desta
161 publicação e de outro, o papel que o CMAS tem exercido no controle social do
162 Programa Bolsa-família na cidade do Recife, dentro do seu planejamento estratégico,
163 razão pela qual compareceram a este Pleno, representantes destes segmentos que
164 apresentarem uma prestação de contas. A Sr^a Cristina Lima renovou convite para que
165 todos(as) visitem o novo Posto de atendimento do Programa Bolsa-família, sito à Rua
166 do Imperador, o qual possui capacidade para atendimento de mais de quinhentas
167 pessoas por dia e tem dado vazão a toda procura neste Posto, lembrando que, a cada
168 dois anos e/ou sempre que ocorrer mudanças nos dados registrados, se faz necessária
169 a atualização do cadastro. Ressalta ainda que nos CRAS o cadastramento se dá
170 mediante agendamento enquanto o Posto atende a toda a demanda. A Presidente Ana
171 Farias finalizou esta tratativa submetendo aos(às) Conselheiro(as) a aprovação da
172 Cartilha apresentada, que foi aprovada por unanimidade com a sugestão da
173 abrangência dos CRAS, apresentada pela conselheira Fátima Menezes. Ficou
174 estabelecido que será baixada Resolução formalizando a Cartilha. Dando seguimento a
175 Presidente Ana Farias passou ao ponto de pauta número 5. Apresentação do
176 Demonstrativo Sintético-Financeiro Fundo a Fundo (FAF-PE) relativo ao 3º
177 Quadrimestre de 2014 para aprovação e referendo da resolução nº 001/2015; a
178 Presidente Ana Farias mencionou que este demonstrativo foi aprovado **Ad Referendum**
179 no período de recesso, dado o prazo, até trinta de janeiro de dois mil e quinze. O
180 demonstrativo foi apresentado pela técnica Ester, representante da Secretaria de
181 Finanças. A Presidente Ana Farias trouxe, nesse íterim, a informação de que a nova
182 Secretária Nacional de Assistência Social é a Sr^a Iêda Nobre da qual a Presidente Ana
183 Farias destaca o fato de ser nordestina, que, portanto, entende das nossas questões,
184 além de ser competente, que já foi Presidente do Colegiado Nacional. Iniciada a
185 apresentação, a gerente da GGSUAS Margarida Soares fez um aparte para esclarecer
186 que consta do relatório doze CRAS, porém, de fato, só existem nove, explicando, dentre
187 outros motivos, a falta de pessoal, necessariamente concursado, assim como outros
188 desdobramentos. Desse modo, a referida gerente ressalta que em vista do exposto



189 aparecerá uma diferença também de valores mais adiante que corresponde à redução
190 de doze para nove CRAS. Outro item, que diz respeito a atendimento de adolescentes e
191 jovens em situação de risco, mas que se encontra em processo de concorrência de
192 edital, o segundo lançado, e por enquanto, não houve ainda seleção de entidade. A
193 Presidente Ana Farias chama a atenção de que o saldo existente não volta para o
194 estado. O saldo permanece para ser reaplicado nos mesmos projetos. A técnica Ester
195 apresentou os valores referentes a receitas e despesas. A conselheira Fátima Menezes
196 fez uma observação, fazendo a ressalva de que não vai votar contra, até porque já
197 houve o gasto, porém, problematiza o fato e deseja que fique registrado, porque,
198 recursos do PAIF, (Programa de Atenção à Família), estarem sendo utilizados para fins
199 administrativos, pagamento de pessoal e não para as famílias. Segundo a mesma
200 conselheira, sua afirmação está amparada em comprovação pessoal. A conselheira
201 Elzanira corrobora ressaltando que ao participar das comissões fez os mesmos
202 questionamentos, agregando a isto a cozinha comunitária. A Presidente Ana Farias
203 interveio para explicar que a cozinha comunitária distribui cento e vinte refeições, das
204 quais, cinquenta são oferecidas a custo zero, correspondendo a um programa de
205 fortalecimento nutricional por dia, com acompanhamento do desenvolvimento
206 nutricional. As outras setenta refeições são vendidas ao preço de três reais cada
207 refeição para trabalhadores, inclusive servidores, tanto da PCR como do IASC e do
208 entorno das cozinhas que estão instaladas nos bairros de Afogados e Avenida Norte.
209 Este preço vem sendo praticado há mais de oito anos, o que representa um déficit, pois
210 o custo de cada refeição é pouco mais de sete reais e cinquenta centavos. A Presidente
211 Ana Farias ressaltou que foi feita a compra de utensílios para esta cozinha cujos
212 utensílios que já estavam completamente desgastados, amassados. Por fim, a mesma
213 concordou com o questionamento da conselheira Elzanira, no que diz respeito ao
214 Programa de segurança alimentar, que considera que precisam ser reavaliados, visto
215 que não tem alcançado o objetivo social a que se propõe. Isto, segundo a Presidente
216 Ana Farias, vem sendo objeto de discussão no Conselho de Segurança Alimentar. A
217 Conselheira Elzanira reafirmou seu questionamento que diz respeito a verba que foi
218 disponibilizada mediante convênio para implantação de diversas cozinhas comunitárias,
219 mas que não foram implementadas. A Presidente Ana Farias respondeu que ao final da
220 gestão passada houve a devolução de valores acima de trezentos mil reais
221 correspondentes ao serviço que não foi viabilizado conforme o proposto, no entanto,
222 todo desse material foi destinado às unidades do IASC que são onze no total, incluindo
223 as duas cozinhas já referidas, visto que houve o encerramento do convênio, parte do
224 dinheiro foi devolvido e, conforme previsto no convênio, os equipamentos adquiridos
225 passam a pertencer ao município. A Presidente Ana Farias sugeriu que esta queixa
226 deve ser levada ao CONSEAS, uma vez que, nem ela nem o CMAS pode responder a
227 algo que diz respeito ao município. A conselheira Fátima Menezes reafirmou a
228 necessidade de ser discriminado mais detalhadamente os custos da Cozinha
229 Comunitária do IASC, inclusive detalhando se os custos correspondem a servidores
230 concursados que se encontram lotados nas cozinhas referidas ou se inclui efetivos e
231 terceirizados, e sugeriu convidar o CONSEAS para responder as dúvidas apresentadas.
232 A conselheira Elzanira reafirmou que o seu questionamento é que os valores são
233 colocados para aprovação no CMAS, porém o serviço não corresponde ao proposto.
234 Nesse sentido a Presidente Ana Farias sugeriu que seja convidada Ana Elizabeth que é
235 a responsável pelo Programa para esclarecer as questões atinentes a este tema.



236 Margarida Soares informou que a reunião do CONSEAS ocorre sempre na terceira
237 terça-feira de cada mês e que este Conselho está em processo de Pré-conferência.
238 Com estas observações foi aprovada a Resolução nº 001/2015, *Ad Referendum*,
239 referente ao Demonstrativo Sintético-Financeiro Fundo a Fundo (FAF-PE) relativo ao 3º
240 Quadrimestre de 2014. Será baixada resolução definitiva acerca deste tema. Voltando à
241 questão da segurança alimentar a Presidente Ana Farias registrou que considerou
242 pertinente o questionamento da conselheira Elzanira, tendo em vista que as cozinhas
243 comunitárias pertencem à Proteção Especial de Média Complexidade, enquanto que o
244 IASC se destina à Alta Complexidade. Seguindo o próximo ponto de pauta que é a X
245 Conferência Municipal de Assistência Social do Recife a Presidente Ana Farias
246 destacou que colocou este ponto com a finalidade dar os informes acerca da
247 Conferência Nacional que já foi convocada, já tem o tema que é: “Consolidando o SUAS
248 de vez, rumo a dois mil e vinte e seis”. Isto quer dizer, nas palavras da Presidente Ana
249 Farias, que vamos avaliar os dez anos de SUAS e uma projeção para mais dez anos.
250 Para a nossa Pré-conferência a Presidente Ana Farias está propondo a realização em
251 um único dia e único local com todas as RPA’s, tendo em vista os problemas
252 observados na última conferência e a baixa adesão em outras mobilizações. A
253 programação seguirá a mesma, ou seja, Palestra Magna seguida de debates e
254 discussão dos temas pela manhã e à tarde ocorrerão os grupos de trabalho. Para isto o
255 local terá que comportar todos os participantes distribuídos por RPA em salas
256 separadas, para discussão dos conteúdos. A Presidente Ana Farias propôs a realização
257 da Pré-conferência para o início de julho e a conferência no final, de modo que ocorra
258 em uma escola, aproveitando o período das férias escolares. Paralelo a isto, propôs
259 também a realização das eleições de novos conselheiros, para o mês de junho, de
260 modo que a posse ocorra ao final da Conferência, coincidindo com o final do mandato
261 dos conselheiros. Verificadas as datas, e vistos os prazos regulamentares, foram
262 aprovadas as propostas. Em seguida foi criada a Comissão da Conferência que será
263 composta por: Presidente Ana Farias, Elzanira da Silva, Paulo Domingos, Robélia,
264 Saraiva, Jara Lins, Jaciara Santos Arruda, e Gesler West. Além dos componentes da
265 Comissão de Conferência, irão participar como colaboradoras: Margarida Soares –
266 GGSUAS e Laurisabel Pinheiro. A Presidente Ana Farias ressalta que as decisões para
267 a Conferência Municipal só serão estabelecidas após as definições do CNAS. Desse
268 modo, será baixada resolução convocando a comissão da Conferência, com a data de
269 um de julho de dois mil e quinze prevista para a realização da Pré-conferência e a
270 Conferência para os dias vinte e nove, trinta e trinta e um de julho de dois mil e quinze.
271 Próxima providência é a formação da comissão para eleição que deverá ser formada
272 por cinco componentes. Dada a dificuldade de compor esta comissão a Presidente Ana
273 Farias externou a ocorrência na última eleição de descumprimento do Regimento
274 Interno segundo o qual, a eleição deve ser conduzida pela sociedade civil, no entanto
275 isto não ocorreu. A composição da Comissão de Eleição ficou assim: Ubirajara Alves de
276 Lima, Amanda Arcanjo, Gabriella Ferreira, Jaciara Arruda e Antônio Saraiva. Ficando a
277 Presidente Ana Farias de dar apoio caso seja solicitado. A Presidente Ana Farias
278 chamou a atenção para a importância de se buscar agilidade para cumprimento dos
279 prazos regimentares. O ponto de pauta número 7. Planejamento do CMAS foi exposto a
280 seguir, sendo exposta a dificuldade de estabelecer data para este fim, levando-se em
281 conta diversos fatores. Com o fim de realizar este planejamento foi convidada a colega
282 Lúcia Lira, com a proposta de ser realizado durante um dia inteiro, em um hotel, onde



283 seriam servidos o café e o almoço e com sala para vinte pessoas, de modo a garantir
284 conforto e praticidade. Apresentadas as opções do Catamarã Eventos e do Hotel
285 Jangadeiro este último foi o escolhido em razão do melhor preço. Também ficou
286 estabelecida a data de dez de abril no horário das oito às dezessete horas. Ato contínuo
287 passou-se ao último ponto de pauta que é o relato das Comissões, começando pela
288 Comissão de Articulação Política, da qual, o relator Gesler informou que não houve
289 reunião deste grupo. Seguindo-se a Comissão de Normas, cujo relator é o conselheiro
290 Paulo Domingos. A Presidente Ana Farias mencionou que foram avaliadas doze
291 entidades das quais, quatro solicitaram inscrição enquanto que oito foram resultado do
292 monitoramento. Tendo em vista dificuldades apresentadas por algumas entidades no
293 cumprimento das condicionalidades previstas na Resolução catorze de dois mil e
294 catorze, por sugestão do Conselheiro Paulo Domingos, em cumprimento ao que diz a
295 mesma resolução quando aponta o caráter pedagógico das ações do CMAS, foram
296 chamados os dirigentes das entidades para uma conversa, ensejando um prazo para
297 adequação e ajuste de conduta. Todas os dirigentes optaram por dispor desse prazo,
298 de modo a continuarem regularmente inscritas. Creche Menino Jesus – vai se adequar
299 inscrevendo um projeto social de inclusão digital para mulheres; Frederico Ozanã –
300 após o prazo para adequação não apresentou avanço; Ilha do Chié também
301 demonstrou perspectiva de superação das dificuldades; a Art Paquera não apresentou
302 perspectiva, assim como demonstra grande dificuldade para entender e até ensejar
303 perspectiva de se adequar. A Conselheira Fátima Menezes propôs que se estabeleça
304 um prazo e se envie um documento oficial onde conste o prazo e as providências a
305 serem tomadas pelas entidades, sem as quais, o CMAS poderá suspender o registro
306 destas entidades. Ressalta a importância de se ter documentado oficialmente, essa
307 providência, mediante correspondência, discriminando as iniciativas feitas pela equipe
308 técnica e Presidência do CMAS, bem como o prazo estabelecido para cumprimento das
309 condicionalidades, tendo em as dificuldades para compreensão, inclusive com
310 comentário de que se trata de perseguição às pequenas entidades. Com isto, continuou
311 a Conselheira, o Conselho se resguarda e garante sua defesa. A Presidente Ana Farias
312 deu então a palavra para que outros(as) conselheiros(as) se manifestassem. A
313 conselheira Rosângela se posicionou se não está sendo dado tratamento diferenciado a
314 estas entidades, visto que foram cumpridos os trâmites com os quais as demais
315 entidades são tratadas, dando mais um prazo, além do que já ficou estabelecido, tendo
316 em vista as visitas, conversas. A conselheira Elzanira pediu a palavra e registra a
317 experiência da entidade que dirige, de como é longo e elástico o prazo que se dá com o
318 fim de ensejar a adequação de uma entidade que está contrária ao que preconiza a lei,
319 e destaca que não é só o CMAS mas também o MPPE, e não só isso, mas que em vista
320 de mudanças na legislação, que em si mesma busca se atualizar se faz necessária uma
321 atualização contínua das entidades de um modo geral. Ressalta ainda, a mesma
322 conselheira, que recebeu inúmeros telefonemas da dirigente da Art Paquera e tentou
323 instruir sobre a importância da adequação, mesmo compreendendo que apesar de fora
324 do parâmetro, ainda assim presta um benefício a crianças em vulnerabilidade. A
325 conselheira Elzanira Silva apoia a proposta da conselheira Fátima Menezes, ainda que
326 já tenham sido cumpridas todas as exigências legais, do ponto de vista da equipe
327 técnica do Conselho. A Assistente Social Flávia Pedrosa, que conduziu o
328 monitoramento desta entidade, lembra que por ocasião do último encontro foi entregue
329 a Mirian uma cópia da Resolução catorze de dois mil e catorze e a Resolução



330 dezessete de dois mil e onze, que trata da questão do profissional de referência, e
331 foram marcadas as seções referentes às adequações exigidas, tomando-se o mesmo
332 cuidado em relação às outras dirigentes. A Presidente Ana Farias ratificou a posição da
333 conselheira Rosângela, destacando que os trâmites foram cumpridos e os prazos foram
334 dados e estendidos, mas o que ocorre é a dificuldade de sequer admitir que precisa se
335 adequar. Portanto, não há como evitar que aquelas dirigentes falem mal do Conselho,
336 porque sempre falaram e vão continuar falando. Por outro lado, ressalta que, dentro da
337 mesma lei está previsto novo prazo, tal seja, seis meses, para que as entidades
338 suspensas, como será o caso destas, tornem a dar início novo pedido de inscrição.
339 Todo o processo e conversas já está devidamente documentado em diversas atas,
340 como esta de hoje e todas as anteriores a esta. Por fim ressalta que em virtude do
341 cadastro que foi hoje apresentado, que veio para fazer cumprir a Resolução catorze de
342 dois mil e catorze, se está querendo saber quem efetivamente compõe a rede
343 socioassistencial. A conselheira Fátima Menezes pediu a palavra e também que se
344 registre em ata que ela conselheira não disse em momento algum que qualquer
345 dirigente disse a ela que estava sendo perseguida, e sim, que estão com dificuldade em
346 contratar técnica e só possui Assistente Social e Psicóloga voluntária, mas que o
347 Conselho não está aceitando esta voluntária e que orientou a colega a que voltasse a
348 conversar com Ana (Presidente Ana Farias), a Miriam então falou: “mas ela (se
349 referindo à Presidente Ana Farias) estava na conversa”. Nesse sentido defende que não
350 podem ser feitos dois pesos e duas medidas em relação às entidades mencionadas. A
351 Presidente Ana Farias considerou ser possível colocar em votação essa matéria que já
352 foi amplamente discutida. As propostas são: 1. dar novo prazo de cinco dias úteis para
353 adequação, através de documento a partir de amanhã; 2. O Pleno decidir agora pelo
354 encerramento das inscrições. Posto em votação, explicando que se aplica a decisão
355 para as três entidades mencionadas, a saber: Ilha do Chié, Art Paquera e Frederico
356 Ozanã. A totalidade dos(as) votantes votou pelo envio do documento, que será
357 entregue em mãos, protocolado, quando passará a ser contado o prazo estabelecido no
358 documento ficará estabelecido que a não adequação, que deve ter documentação
359 comprobatória, implicará em cancelamento da inscrição, cumprindo determinação das
360 resoluções que serão mencionadas. Este procedimento passa a ser o parâmetro para
361 todas as entidades. A conselheira Rosângela destaca o caráter pedagógico desta
362 iniciativa, entendendo que haverá maior zelo das entidades sabendo que há um
363 controle maior de uma exigência mais concreta. Passando a apresentar os pedidos de
364 inscrição a Secretária Executiva Sílvia explanou que as quatro entidades que pediram
365 inscrição tiveram indicação de indeferimento por não atenderem as exigências
366 previstas. São elas: **1. Centro Espírita Ilê Palácio de Xangô**, não desenvolve atividade
367 contínua e apresenta atividades não compatíveis com o proposto; **2. Abrigo Espírita
368 Lar de Jesus**, não é entidade gratuita, o valor mínimo pago é R\$ 800,00(oitocentos
369 reais), acima do permitido por lei; **3. Instituto Guararapes de Assistência – INGA** – a
370 atividade é educação; **4. Movimento de Articulação Ambiental e Cultural** – ações
371 pontuais, não continuadas, sem usuário definido e não desenvolve trabalho com a
372 família. Passando ao último ponto de pauta que são os **Informes Gerais** a Presidente
373 Ana Farias fez menção à carta-convite que tem em mãos, enviada pela Secretaria de
374 Educação para participação na reunião ampliada para elaboração do Plano Municipal
375 de Educação, com data prevista para o dia vinte e cinco de março de dois mil e quinze,
376 às catorze horas, na Escola de Formação Paulo Freire, situada à Rua Real da Torre.



377 Para participar foi indicada a companheira Elisângela. Em seguida a Presidente Ana
378 Farias trouxe o resultado dos trabalhos da Comissão de Ética, constituída para tratar
379 dois processos desde dois mil e catorze e que agora foram concluídos. A Presidente
380 Anaá Farias propõe que seja marcada uma data para uma reunião fechada, apenas
381 para conselheiros(as), apenas para leitura do relatório, discussão e encaminhamento,
382 ficando estabelecido o dia vinte e sete deste mês de março de dois mil e quinze, às
383 nove horas para este fim, quando será dado por encerrado o assunto objeto destes
384 processos. Nada mais havendo a tratar a Presidente Ana Farias deu por encerrada à
385 Plenária às dezessete horas e quarenta e sete minutos, para que tudo fique
386 devidamente documentado, eu, Silvia Marroquim, Secretária Executiva do CMAS, redigi
387 e digitei a presente ata, que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Pleno do
388 CMAS.

389